

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.574
DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: BERNADETE JACINTO GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: ERICO MARQUES DE MELLO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PENA DE DEMISSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1) A demissão da impetrante, ex-servidora da Receita Federal, foi fundamentada nos arts. 117, IX e XV, 132, IV e XIII, e 137, parágrafo único, todos da Lei nº 8.112/1990.

2) Nas infrações puníveis com demissão, a ação disciplinar prescreve em 05 (cinco) anos da data em que o fato se tornou conhecido pela Administração.

3) *In casu*, a instauração do PAD se deu em **27/02/2002** e a pena de demissão foi aplicada por meio da Portaria MF nº 347, de 19 de novembro de 2004, publicada no DOU de **23/11/2004**, do que se infere que a apuração das condutas imputadas à agravante ocorreu dentro do quinquênio legal.

4) Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento

RMS 30574 AGR / DF

ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.574
DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: BERNADETE JACINTO GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: ERICO MARQUES DE MELLO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental em mandado de segurança, interposto por BERNADETE JACINTO GUIMARÃES contra decisão que prolatei, assim ementada:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. TÉCNICA DA RECEITA FEDERAL. PENA DE DEMISSÃO PEDIDO DE ANULAÇÃO DO PAD. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DA ADMINISTRAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. INEXISTÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.”

Inconformada com a referida decisão, a agravante considera que *“a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final, e uma vez interrompido o curso da prescrição o prazo começará a correr novamente no dia em que cessar a interrupção, ou seja, 140 dias da instauração.”* Isso porque, segundo a agravante, *“o prazo é de 60 dias, que poderá ser prorrogado por mais 60 e ainda há o prazo de 20 dias para o julgamento, perfazendo um total de 140 dias, ou seja, a interrupção do prazo prescricional somente poderá ocorrer nesse lapso temporal, pois é o tempo que a Administração possui para decidir.”*

RMS 30574 AGR / DF

Aduz, ainda, que sindicâncias anteriores teriam interrompido a prescrição, por terem apurado os mesmos fatos que resultaram na demissão da impetrante e aplicado as penalidades de advertência e suspensão.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo, em parecer assim ementado, *verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE PRETENSÃO PUNITIVA. INDEVIDA INOVAÇÃO DE TESE EM SEDE RECURSAL. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO AGRAVO.”

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.574
DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar.

A agravante, em seu recurso, não trouxe argumentos capazes de desconstituir os fundamentos da decisão agravada.

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do MS 10.504, denegou o *writ*, em acórdão assim ementado, *verbis*:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PAD. PENA DE DEMISSÃO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA. VÍCIOS DE OMISSÃO E OBSCURIDADE NÃO IDENTIFICADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. No tocante à prescrição, o que importa é: a Administração teve conhecimento dos fatos em 1998; o PAD fora instaurado no ano de 2002; a pena aplicada no ano de 2004. Prescrição afastada. 2. A teor do art. 142, § 1.º, da Lei n.º 8.112/90, a prescrição da pretensão punitiva administrativa quinquenal começa a fluir a partir da data em que o ato ilícito se torna conhecido, sendo certo, também, que, à luz do disposto no § 3.º do mesmo artigo, a instauração do processo administrativo disciplinar constitui fato interruptivo da contagem do prazo prescricional. 3. A Terceira Seção do STJ tem entendimento de que o anterior processo administrativo disciplinar declarado nulo não tem o condão de interromper o prazo prescricional da pretensão punitiva estatal, que deverá ter como termo inicial, portanto, a data em que a Administração tomou ciência dos fatos. 4. Prescrição da pretensão punitiva da Administração não caracterizada, na espécie. 5. Embargos de declaração rejeitados.” (MS

RMS 30574 AGR / DF

10.504, Relator Celso Limongi Desembargador Convocado do do TJ/SP), Dje de 01/02/2011).

Verifico que a demissão da ex-servidora foi fundamentada no art. 117, IX e XV, c/c art. 132, IV e XIII, c/c art. 137, parágrafo único, todos da Lei nº 8.112/1990, *verbis*:

“Art. 117. Ao servidor público é proibido:

(...)

IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

(...)

XV – proceder de forma desidiosa;

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

(...)

IV – improbidade administrativa;

(...)

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.”

Cumpre ressaltar que a instauração do processo disciplinar qualifica-se como marco interruptivo da prescrição (art. 142, § 3º, da Lei nº 8.112/1990), cujo prazo recomeça a contar por inteiro após o transcurso do lapso temporal de 140 (cento e quarenta) dias que a Administração Pública tem para concluir o inquérito administrativo, tal como já assinalado por esta Suprema Corte. Nesse sentido:

“EMENTA: Constitucional e Administrativo. Poder disciplinar. Prescrição. Anotação de fatos desabonadores nos assentamentos funcionais. Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 170

RMS 30574 AGR / DF

da Lei nº 8.112/90. Violação do princípio da presunção de inocência. Segurança concedida. 1. A instauração do processo disciplinar interrompe o curso do prazo prescricional da infração, que volta a correr depois de ultrapassados 140 (cento e quarenta) dias sem que haja decisão definitiva. 2. O princípio da presunção de inocência consiste em pressuposto negativo, o qual refuta a incidência dos efeitos próprios de ato sancionador, administrativo ou judicial, antes do perfazimento ou da conclusão do processo respectivo, com vistas à apuração profunda dos fatos levantados e à realização de juízo certo sobre a ocorrência e a autoria do ilícito imputado ao acusado. 3. É inconstitucional, por afronta ao art. 5º, LVII, da CF/88, o art. 170 da Lei nº 8.112/90, o qual é compreendido como projeção da prática administrativa fundada, em especial, na Formulação nº 36 do antigo DASP, que tinha como finalidade legitimar a utilização dos apontamentos para desabonar a conduta do servidor, a título de maus antecedentes, sem a formação definitiva da culpa. 4. Reconhecida a prescrição da pretensão punitiva, há impedimento absoluto de ato decisório condenatório ou de formação de culpa definitiva por atos imputados ao investigado no período abrangido pelo PAD. 5. O status de inocência deixa de ser presumido somente após decisão definitiva na seara administrativa, ou seja, não é possível que qualquer consequência desabonadora da conduta do servidor decorra tão só da instauração de procedimento apuratório ou de decisão que reconheça a incidência da prescrição antes de deliberação definitiva de culpabilidade. 6. Segurança concedida, com a declaração de inconstitucionalidade incidental do art. 170 da Lei nº 8.112/1990.” (MS 23.262/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, DJe 30/10/2014, grifos meus).

“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. REINSTAURAÇÃO, PELO RECONHECIMENTO DE ANTERIOR NULIDADE, DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR VÁLIDO. INTERRUPTÃO DO PRAZO QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. PROPORCIONALIDADE NA APLICAÇÃO DA PENA DE

RMS 30574 AGR / DF

DEMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA QUANTO ÀS CONDUTAS PRATICADAS. ANÁLISE DO CONTEXTO FÁTICO INVIÁVEL EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA IMPROVIDO. I - A instauração de processo administrativo disciplinar válido interrompe o prazo prescricional previsto no art. 142, I, da Lei 8.112/1990, razão pela qual não se verifica in casu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. Precedentes. II - A reprimenda imposta aos recorrentes mostrou-se plenamente adequada aos atos ilícitos praticados, para os quais a lei comina a pena de demissão. Conclusão diversa em relação à proporcionalidade na dosimetria da pena demandaria a reapreciação de aspectos fáticos, o que não se admite na via estreita do mandado de segurança, haja vista tratar-se de ação que demanda prova pré-constituída. III - Recurso ordinário em mandado de segurança a que se nega provimento.” (RMS 31.494/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 09/12/2013, grifos meus).

Saliente-se, por necessário, que, em relação às infrações puníveis com demissão, a ação disciplinar prescreve em 05 (cinco) anos da data em que o fato se tornou conhecido pela Administração.

Nesse contexto, verifico que a instauração do PAD se deu em **27/02/2002** e que a pena de demissão foi aplicada pela Portaria MF nº 347, de 19 de novembro de 2004, publicada no DOU de **23/11/2004**, do que se infere que a apuração das condutas imputadas à agravante ocorreu dentro do quinquênio legal. Assim, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.

Nesses termos, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.574

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : BERNADETE JACINTO GUIMARÃES

ADV.(A/S) : ERICO MARQUES DE MELLO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma